

MONUMENTO DO YPIRANGA: UMA IDEIA TOMANDO FORMA AO LONGO DO SÉCULO XIX (E ALÉM)

 *Heloisa Barbuy*^{1;2}

RESUMO

Este artigo contribui para o campo de pesquisa das representações de História do Brasil, por meio do rastreamento e o exame de ideias e projetos propostos para um monumento à Independência, que seria construído no sítio do Ipiranga. Tem como eixo as conformações materiais e visuais sucessivamente propostas para o monumento, desde os anos 1820 até final do século XIX. Estende-se brevemente ao Centenário da Independência, quando, em torno das comemorações, o Monumento do Ipiranga foi completado.

PALAVRAS-CHAVE

Monumento do Ipiranga – Independência do Brasil – século XIX – patrimônio histórico – cultura material e visual.

1 Universidade de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil.

2 Docente da Universidade de São Paulo: professora do Programa de Pós-Graduação em História Social, professora do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, professora sênior no Museu da Faculdade de Direito. Foi museóloga e professora do Museu Paulista de 1990 a 2016. E-mail: hbarbuy@usp.br

YPIRANGA MONUMENT: AN IDEA TAKING SHAPE THROUGHOUT THE 19TH CENTURY (AND BEYOND)

ABSTRACT

This article contributed to the field of research on representations of History of Brazil, by tracking and examining proposed ideas and projects for a monument to Independence, which would be built on the Ipiranga site. Its axis is the material and visual conformations successively proposed for the monument, from the 1820s to the end of the 19th century. It extends briefly to the Centenary of Independence, when, around the commemorations the Ipiranga Monument was completed.

KEYWORDS

Ipiranga Monument – Independence of Brazil – 19th century – historical heritage – material and visual culture.

Recebido em: 26/01/2023 – Aprovado em: 06/03/2023

1. Introdução

[...] Desta sorte, permita-me a franqueza, a ideia do monumento não é ideia da câmara atual, nem de indivíduo algum; pertence às inspirações de mais de meio século passado sobre ela, e sempre a levantar-se para cair e a cair para levantar-se; também não é no presente a mão da municipalidade por espontâneo movimento a levantá-la; ela ressurgiu feita de S. M. o Imperador, como um dos efeitos imediatos de sua honrosa visita à província. E desta vez, sob a alta e pessoal proteção da coroa, empresa não mais da câmara, porém de comissão tão solícita em seu desempenho, desta vez ela será realizada.³

O Monumento do Ipiranga é o edifício que, em 1893, foi destinado a abrigar o Museu Paulista⁴, função que mantém desde então. Em nosso estudo, porém, esse edifício é apenas a realização final de uma ideia surgida pouco depois do episódio de 7 de setembro de 1822, de erigir-se, no sítio do Ipiranga, um monumento à Independência do Brasil.

Sempre se soube da existência de diversos projetos e iniciativas anteriores ao edifício-monumento construído, mas não se sabia quase nada sobre eles. Nosso propósito, neste artigo, é rastrear e analisar os registros ainda existentes desses projetos – aqueles que pudemos localizar –, tendo como eixo de investigação as conformações materiais propostas para o Monumento do Ipiranga, ao longo de mais de sessenta anos passados até que se conseguisse erguê-lo.

Ao emprendermos a busca por esses registros, fomos detectando um fio de continuidade inicialmente inesperado. A linearidade que se divisa não foi aqui forjada, mas sim fruto da constatação de que o projeto de um Monumento à Independência a ser realizado no sítio do Ipiranga foi um *Leitmotiv* do período imperial. Os impulsos para sua construção fo-

3 MONUMENTO do Ypiranga. Offício do Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto, contendo notas á respeito [dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Ernesto Marianno da Silva Ramos e datado de 26 de agosto de 1875]. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 6094, p. 2-3, 24 fev. 1877.

4 SÃO PAULO. *Lei n. 192, de 26 de agosto de 1893*. Resolve sobre a utilização do Monumento do Ypiranga. São Paulo: ALESP, 1893.

ram sucessivamente esmorecidos e retomados, mas não cada vez como se fosse um novo projeto, e sim reafirmando sempre a permanência de sua ligação com a ideia inicial, emergida dos albores da Independência, simbolicamente identificada com o 7 de setembro de 1822 e o sítio do Ipiranga, embora também sofresse mudanças de concepções e sentidos a cada novo impulso de retomada, de acordo com os diferentes contextos e agentes envolvidos.

No bojo de retomadas de 1835, 1855 e 1875, foram feitas referências ou apresentadas cronologias, que vinculavam sempre os sucessivos impulsos ao longo do tempo àquela ideia original de monumento cujo primeiro registro é encontrado em fevereiro de 1823. Isto porque o próprio conceito de História que estava subjacente ao processo vivido era de uma continuidade no tempo, de fatos históricos como marcos de uma cadeia de acontecimentos e de ideias como sementes que podiam germinar longamente até florescer. Disso, fazia parte o universo do romantismo – em especial a corrente nacionalista, muitas vezes envolta também pela tendência ao misticismo religioso –, que dominou principalmente meados do século XIX, inscreveu a Independência nos fastos das lutas contra as tiranias e identificou Dom Pedro como herói libertador.

A própria duração do regime, em dois reinados de pai e filho, certamente favoreceu a continuidade do projeto. Importante assinalar, ainda, que a tenacidade de alguns dos agentes históricos que defenderam a construção do monumento e buscaram os caminhos e meios para que ela se realizasse foi essencial a todo esse processo, percebendo-se que alguns dos nomes que surgem em dado momento ressurgem mais tarde ou se mantêm anos a fio envolvidos naquele projeto longamente continuado.

Diante das constatações acima, também optamos por fazer uma cronologia circunstanciada dos sucessivos projetos para o Monumento do Ipiranga, pois foi pelo exame de cada um deles que pudemos apreender permanências e mudanças ao longo do tempo. Com a utilização, no título deste artigo, da grafia original do nome – *Monumento do Ypiranga* –, pretendemos fazer remissão aos tempos de processamento da ideia de um monumento à Independência no sítio do Ipiranga, que resultaram no

revestir-se, com valor de patrimônio histórico, um lugar e uma edificação ali erguida para marcá-lo.

Percebemos a existência de muitos projetos não só com ideias gerais, mas também com desenhos, plantas, orçamentos e mesmo maquetes que estabeleciam propostas de conformações materiais para o Monumento. Ao que parece, quase todos esses documentos se perderam.

Quanto aos desenhos, ficaram registradas não só a sua existência, mas, em alguns casos, também indicações descritivas, que permitem fazer uma ideia da conformação material que propunham para o Monumento. Colhemos essas indicações nas principais fontes sistematicamente examinadas: registros em jornais do século XIX, entre os quais há publicações de atas da Assembleia Geral Legislativa, sediada na Corte do Rio de Janeiro e da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, assim como em documentos preservados no Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e atas da Câmara Municipal de São Paulo.

Optamos pela transcrição dessas indicações descritivas, que ganham, assim, o lugar de “figuras”, situando esta investigação no campo dos estudos de cultura material e visual, relacionados à Independência e à formação de uma identidade nacional⁵ e, assim, tratando de monumentos como vetores de memória pública e identidade coletiva⁶.

Por fim, a força dessa ideia chamada Monumento do Ipiranga foi tão grande, que depois de criado e inaugurado o primeiro museu do Estado de São Paulo – o Museu Paulista –, o nome oficial da instituição nunca foi bem assimilado, pois esta ficou muito mais conhecida como Museu do Ipiranga, sintetizando a ideia do Museu instalado no Monumento do Ipiranga.

Depois de tudo, o Monumento e Museu do Ipiranga, hoje, é um dos bens culturais que gozam de maior reconhecimento popular no Brasil.

5 OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira (org.). Dossiê Arte, política e cultura. *Almanack*, São Paulo, n. 29, 2021.

6 Para um balanço sobre sentidos atribuídos a monumentos, VIANA, Hélder do Nascimento. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 27, 2019, p. 1-6.

Seu caráter nacional e não apenas paulista é também um valor, não só por envolvê-lo já em sua origem, mas pelo muito que foi cultivado ao longo do tempo.

2. Anos 1822-1827 – primeiro impulso – o “projeto da pirâmide”

A primeira menção encontrada em jornais disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional sobre a ideia de se erigir um monumento à Independência no sítio do Ipiranga data de 17 de fevereiro de 1823. Publicada no *Diário do Governo* – um diário oficial do Império do Brasil impresso na Província do Ceará –, elencava alguns fatos ocorridos em diferentes partes do País, no sentido de afirmar apoios expressivos ao governo recém-empossado. Um deles era a notícia de “uma subscrição para se erigir um Monumento no lugar denominado *Piranga*”⁷.

Uma primeira questão que se coloca diz respeito à autoria da iniciativa, se realmente privada, se do governo paulista ou se do governo imperial. As fontes registram que houve uma subscrição privada⁸, liderada pelo negociante Antônio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape (sabendo-se que era próximo a Dom Pedro)⁹: em 29 de janeiro de 1823, já havia movimentação e organização suficientes para que se formalizasse um pedido de licença para abrir a referida subscrição, dirigida ao Imperador, por meio do governo provisório paulista. A autorização foi concedida pelo governo imperial no dia 20 de fevereiro de 1823, assinada por José Bonifácio de Andrada e Silva e publicada pelo mesmo *Diário do Governo* impresso no Ceará, na parte referente à Repartição dos Negócios do Império¹⁰.

7 *Diário do Governo* (CE), 17 fev. 1823, n.1, p.154.

8 Listas com os nomes de 226 (ou 224) subscritores, residentes em algumas vilas paulistas: DIÁRIO DO GOVERNO (CE), 14 nov. 1823, n.2, p.535.

9 OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Antonio da Silva Prado (Barão de Iguape). In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles.; PIMENTA, João Paulo (org.) *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: BBM/Edusp, 2022. p. 765-766.

10 *Diário do Governo* (CE), 3 mar. 1823, n.1, p.201.

O fato de constar como um requerimento privado não quer dizer, no entanto, que ao ser formalizada, a iniciativa já não contasse com o apoio ou mesmo incentivo prévio do governo ou, mais do que isso, não tivesse partido do próprio governo imperial ou provincial, como se faz comumente nas práticas do entendimento político. Fosse como fosse, podemos vê-la inserida naquela sucessão de movimentações e costuras entre o governo central e as elites da Província, iniciadas desde maio de 1822, com a evolução de tratativas e concertações a partir da rebelião conhecida como Bernarda de Francisco Inácio, responsável pela vinda de Dom Pedro a São Paulo e seus entendimentos com diversas lideranças políticas e forças econômicas da Província paulista, que em muito pesaram no processo de Independência do Brasil, conforme estabelecido por uma historiografia tradicional.

Embora somente em 1826 o 7 de setembro se tenha realmente oficializado como data nacional¹¹, constata-se que já havia expressões de seu reconhecimento como dia da proclamação da Independência incluídas em textos oficiais¹².

Diante desse quadro, entendemos que a iniciativa do monumento pode ter partido do próprio governo central, somando-se a outros movimentos que visavam a consolidação do Império, longe de ser apenas uma manifestação local, espontânea e desarticulada das políticas do regime em implantação.

Uma segunda questão diz respeito ao significado atribuído ao local em que seria construído o Monumento à Independência. Notamos que em vários dos textos, publicados nos jornais de diferentes partes do país para falar do episódio do Ipiranga, o local não era então necessariamente associado a São Paulo, sendo muitas vezes tratado mais como lugar

11 OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Delimitação do lugar do "grito": propostas e contradições. In: WITTER, José Sebastião (dir.) *Museu Paulista, um monumento no Ipiranga*. São Paulo: Fiesp, 1997. p. 213-225.

12 Imperio do Brasil. *Diario do Governo* (CE), 3 mar. 1823, n.1, p.201; SENADO FEDERAL. Sessão de 3 de maio de 1823. In: SENADO FEDERAL. *Diario da Assembléa Geral, Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil*. n. 3. p. 18.; *Diario do Governo* (CE), 2 set. 1823, n.1, p.259.

simbólico nacional do que como lugar físico dentro de qualquer circunscrição administrativa¹³.

Na própria Província de São Paulo, porém, fosse por praticidade (o Ipiranga era então um arrabalde), fosse para melhor associar o simbolismo da Independência à cidade, tentou-se transferir para o perímetro urbano o local em que seria construído o monumento. O governo imperial, porém, manteve o Ipiranga como sítio destinado para esse fim, conforme decisão legal, reforçando assim o caráter insubstituível atribuído ao lugar¹⁴.

Recebida a decisão, o Presidente da Província, Lucas Antônio Monteiro de Barros¹⁵, começou os encaminhamentos necessários à realização do Monumento, oficiando à Câmara Municipal de São Paulo que mandasse examinar o lugar mais apropriado, no sítio do Ipiranga, para a construção¹⁶. No dia 2 de setembro de 1825, uma sessão oficial e solene da Câmara realizou-se *in situ*, no Ipiranga, para este fim, ocasião em que foi lançada a primeira pedra¹⁷.

Naquele momento inicial, o local considerado o mais conveniente para erguer o monumento foi um ponto topograficamente mais elevado: “[...] acordou-se unanimemente que o lugar mais próprio para esse fim

13 Entre outros, *Diário do Rio de Janeiro*, 7 set. 1825, n.57 [6], p.230-231 (Suplemento); *O Universal* [MG], 21 set. 1825, n.29, p.114; *Diário da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil*, n.29, p.332-333.

14 Decisão n.85, de 9 de abril de 1825. In: *Collecção de Leis do Imperio, Decisões do Governo do Imperio do Brazil*, 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p.55.

15 EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. São Paulo: Secção de Obras d’O Estado de S. Paulo”, 1926. p. 21-26.

16 Registo de uma portaria do Excelentissimo Senhor Presidente dirigida á Camara desta cidade ... In: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1824-1826)*. São Paulo: Câmara Municipal, 1922. p.273-274. Disponível em www.google.com.br/search?tbm=bks&hl=pt-BR&q=%22monumento+no+Piranga%22

17 Registo do officio que dirigiu a Camara ao Excelentissimo Presidente acompanhado da acta da sessão extraordinária de 12 do corrente sobre o Piranga. In: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1824-1826)*. São Paulo: Câmara Municipal, 1922. p.320ss CINTRA, Jorge Pimentel; CINTRA, Alexandre Pimentel. O sítio da Independência no Ipiranga: as vicissitudes de um local histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, 2021, p. 1-48.

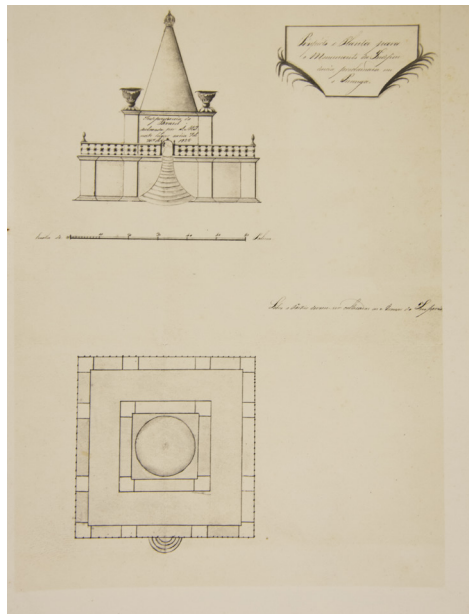
é o que se acha em uma eminência, saindo da ponte do Piranga para o lado de Santos [...]”¹⁸.

Quanto à conformação que esse monumento deveria ter, um desenho datado de 1826 ainda existe, (Figura 1), revelando-nos que se pensava num monumento relativamente simples, um marco de formas geométricas, cuja parte principal seria uma pirâmide (poderia ser um obelisco ou uma coluna), como já era usual em Portugal, em outros países da Europa e também no Brasil para túmulos e para assinalar lugares memoráveis. O termo pirâmide, derivado do grego, *pyr*, remetia à ideia de pira, representando uma chama permanentemente acesa que marcaria tais lugares¹⁹.

18 Ata da Câmara Municipal de S. Paulo, 2 de setembro de 1825. In: Atas da Câmara, vol. 23 (1822-1826), p.378-379. Disponível em https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Volumes/at1822-1826v23.pdf

19 “Chama-se pirâmide da palavra Grega *Pyr*, que vale o mesmo que fogo, porque nas suas lavaredas sobe o fogo em figura piramidal”: trecho integrante do verbete “piramide ou pyramide” do Dicionário BLUTEAU, 1712-1728.

Figura 1. “Prospécto e Planta para o Monumento da Independencia, proclamada em o Piranga”



Desenho de autor desconhecido, 1826. 41 x 54 cm. Acervo do Museu Paulista-USP. Reprodução de Hélio Nobre e José Rosael.

O marco projetado para o Ipiranga mostrava-se particularmente aparentado com outro que já existia na própria capital paulista, conhecido como Pirâmide do Piques (ainda existente no atual Largo da Memória), datado de 1814²⁰. Em razão de suas funções utilitárias – chafariz e tanque interligado ao sistema de abastecimento de água da cidade – era uma obra mais complexa do que o projetado monumento comemorativo do Ipiranga, embora semelhante na forma.

O monumento do Piques tinha sido projetado pelo engenheiro militar Daniel Pedro Müller e executado pelo mestre pedreiro Vicente Gomes Pereira – conhecido como Mestre Vicentinho –, que à época servia a

20 TOLEDO, Benedito Lima de. *Anhangabahu*. São Paulo: Fiesp, 1989. p. 26-33.; GASPAR, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970. p. 39-41.; AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. (Col. Paulística, 19). p. 361.

municipalidade em diversas obras de calçamento, caiação, consertos de pontes e outros²¹. O projeto para o Monumento do Ipiranga, por outro lado, não tem autor conhecido, não sendo descartada a possibilidade de que fosse o mesmo engenheiro Müller, luso-alemão radicado em São Paulo e ainda plenamente ativo nos anos 1820. Não seria de todo improvável, tampouco, que tivesse sido concebido no Rio de Janeiro, capital do Império, já que viria a ser um monumento nacional.

Interessante notar que Mestre Vicentinho já havia realizado as obras de fundação do monumento no Ipiranga em 1825, embora o desenho traga a data de 1826. Essa cronologia invertida nos leva a pensar que, no momento em que a planta foi produzida, já havia uma ideia suficientemente firme do que viria a ser o monumento, ao menos em suas dimensões, às quais correspondem a planta baixa, de formato quadrado, incluída no projeto e que representava a área das fundações já construídas no ano anterior.

Por partirmos da hipótese já apontada de que o Monumento do Ipiranga pudesse ser objeto de maior interesse do governo imperial, acreditamos que o Chafariz da Pirâmide, na Corte do Rio de Janeiro, de autoria do célebre Mestre Valentim, possa lhe ter servido de referência. As informações, a análise e as interpretações estabelecidas por Roberto Anderson Magalhães²² sobre o Chafariz do Mestre Valentim foram de grande valia para as considerações que teceremos a seguir.

Depois de melhor compreendermos o monumento conhecido como Chafariz do Mestre Valentim, parece-nos que poderá ter sido, de fato, uma referência incontornável para São Paulo no início do século XIX. Dado de 1789 e parte integrante de complexo sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro, poderia ter sido referência, anteriormente, para a Pirâmide do Piques e assim, direta ou indiretamente, também para o Monumento do Ipiranga. Em sua conformação, o monumento projetado para o Ipiranga mostrava-se até mais próximo do Chafariz do Mestre

21 Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, *passim*. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>

22 MAGALHÃES, Roberto Anderson. Chafariz da Pirâmide – Rio Arte Cidade (vídeo: 5:43 minutos). Realização Letra e Imagem. Rio de Janeiro: Rio Arte Cidade, 17 dez 2012. 1 vídeo (5 min 43 seg).

Valentim do que daquele do Piques, primeiramente por sua essência formal, constituída pela conjugação de dois corpos geométricos: um de forma prismática e, acima, outro de forma piramidal. O Monumento do Ipiranga, porém, seria uma construção mais simples, sem os rebuscamentos barrocos do monumento de Mestre Valentim, o que se justificaria tanto pela maior facilidade requerida para sua execução – o que nos parece bastante pertinente à falta, em São Paulo, naquele momento, de um mestre com maiores possibilidades artísticas – quanto pelo período em que seria construído, no qual já não mais se praticavam as ondulações, curvas e contracurvas do barroco, como vistas no Chafariz do Mestre Valentim, e já se tendia aos padrões mais retilíneos do neoclássico, lembrando que estes também já estavam presentes na Corte, nas obras de Grandjean de Montigny. Nesse sentido, observamos que o projeto do Monumento do Ipiranga já trazia esboçada uma sugestão de colunata neoclássica – uma sequência de quatro saliências retilíneas, cadenciadamente equidistantes entre si, sendo as duas centrais mais altas, encimadas por dois vasos com motivos foliares e as duas laterais mais baixas, tendo na parte superior apenas dois pequenos arremates ornamentais.

Assim como o Chafariz do Mestre Valentim, também o Monumento do Ipiranga teria uma varanda com balaustrada, com a diferença de que no caso paulistano a escada de acesso seria externa, compondo a própria estética do monumento, e terminaria num portal, que ficaria no patamar superior e não junto ao solo, como no caso do chafariz carioca. Essa diferença se dava porque no Ipiranga a construção não teria as funções práticas relacionadas ao abastecimento que condicionavam a matriz carioca.

Ainda quanto à varanda com balaustrada, vê-se que, no Rio de Janeiro, tinha função de mirante, já que o Chafariz ficava na entrada portuária da cidade (hoje aterrada). Não seria diferente no caso paulista, já que os campos do Ipiranga eram a última zona percorrida na volta da viagem para quem vinha de Santos, um lugar de pousada após a dura travessia da Serra do Mar. Era uma planície com vista livre e aberta, de vegetação rasteira, da qual se divisava, ao longe, a cidade, como se vê na aquarela

de William Burchell, de 1827²³. Para essa varanda estaria prevista também, possivelmente, a função de palanque para solenidades, como as que se realizariam no Ipiranga, nos dias 7 de setembro, mesmo antes de haver ali qualquer monumento, como registrado por Miguelzinho Dutra em aquarela de 1847²⁴.

Os materiais a serem utilizados seriam os melhores – de maior durabilidade – disponíveis na Província paulista: o granito, que já era explorado em Itu e região, e o ferro²⁵, que já era produzido na Imperial Fábrica de Ferro Ipanema. O monumento seria construído em pedra de cantaria e, em ferro, seriam feitos o gradil da varanda, o pórtico, as armas imperiais, os vasos e a coroa imperial²⁶.

Quanto ao simbolismo do Monumento, seria dado pelos elementos que o inseririam no quadro dos monumentos nacionais: a coroa imperial encimando a pirâmide; uma inscrição²⁷ que seria colocada entre a pirâmide e o pórtico, conforme manuscrito no próprio desenho: “Independência do Brasil: declarada por S.M.I. neste lugar no dia 7 de 7brº de 1822”; o brasão de armas do Império, que deveria ser colocado sobre o pórtico, conforme indicado abaixo, e à direita do desenho.

Por fim, fica uma pergunta inevitável: se o governo imperial tinha interesse pelo Monumento, por que este não foi afinal construído?

Bem mais tarde, em 1877, na qualidade de secretário da Comissão do Monumento, Diogo de Mendonça Pinto produziu um relato no qual deixou ver as dificuldades havidas e outras informações:

23 LAGO, Pedro Corrêa do. *Iconografia paulistana do século XIX*. São Paulo: Metalivros, 1998. p. 108.

24 Miguelzinho Dutra. *Vista do Ipiranga, lugar onde foi proclamada a Independência do Brasil*. Aquarela. Acervo do Museu Republicano “Convenção de Itu”-MP-USP.

25 A rigor, o ferro talvez não fosse material adequado para este fim, mas a intenção era valorizar a produção da Província.

26 Monumento do Ypiranga. Offício do Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto... *op. cit.*

27 Observe-se que no caso do Chafariz de Mestre Valentim, as inscrições tinham como suporte o gnaïsse branco.

1827.

Era Inspetor da obra do Monumento do Ipiranga o comendador João Maria de Souza Chichorro.

Consta isso do ofício que, a 29 de Março, ele dirigiu ao Vice-Presidente da Província em exercício, Coronel Luiz Antônio Neves de Carvalho, participando que recebera do tesoureiro, capitão-mor Antônio da Silva Prado, a planta do monumento, e declarando que entrava em dúvida se a obra devia ser de pedra ou tijolo, e que lhe parecia deverem ser feitas na imperial fábrica do Ipanema as obras de ferro, como o gradil da varanda, o pórtico, as armas imperiais, os vasos que ornam o pedestal da pirâmide e a coroa imperial que lhe serve de capitel.

Lê-se no ofício o despacho a lápis, a resposta que a pirâmide deve ser de pedra de cantaria.

O mesmo inspetor ao mesmo vice-presidente, participou, a 13 de Julho, achar-se pronto no Ipiranga um rancho com três quartos para os trabalhos dos oficiais, guarda dos materiais e habitação do feitor; que estavam-se conduzindo as pedras necessárias e que, como encontrou pedras de alvenaria, com elas ia principiar a obra, mas que o mestre pedreiro Vicente Gomes Pereira, que fez a Pirâmide do Piques, deu a relação inclusa do que devem ganhar ele e os mais trabalhadores, sendo o preço dobrado dos da cidade, por terem de caminhar de madrugada três quartos de légua para o sítio do Ipiranga, e que parece-lhe ser avantajado o jornal. A relação reza terem os pedreiros de vencer a seco 560, 600, 640, 720 e 800 rs. [réis], o mestre Vicente 2\$ [contos] e os serventes 280 rs. [réis], entrando sustento.

Ignoro quando e por que causa, a obra deixou de prosseguir; o que sei é que alcancei grande quantidade de pedras na colina do Ipiranga²⁸, de que não resta mais vestígio algum e que essas e outras tentativas malogradas têm servido de pôr a empresa em tal ou qual descrédito, aumentando mais os obstáculos com que se terá de lutar para leva-lo a efeito.²⁹

28 Das tantas referências anteriores aos campos do Ipiranga, passava-se agora a mencionar a área mais elevada da topografia, designada por colina do Ipiranga. Nas impressas paulista e fluminense, a expressão "colina do Ipiranga" aparece em meados do século XIX, mas somente no século XX firma-se realmente.

29 Monumento do Ypiranga. Offício do Sr. Diogo de Mendonça Pinto... *op. cit.*

As dificuldades financeiras já tinham sido apontadas anteriormente por um missivista: “[...] acabou-se o dinheiro, parou a obra [...]”³⁰

Ficava assim adiado o projeto do Monumento do Ipiranga.

3. Anos 1835-1839 – segundo impulso – existência de vários projetos e “o projeto da coluna de ferro”

Uma movimentação política acontecia em meados dos anos 1830 para a retomada do projeto “Monumento do Ipiranga”. Lucas Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo, o mesmo que dez anos antes, em 1825, então como Presidente da Província de São Paulo, havia promovido o início das obras, era agora Senador do Império, com assento na Assembleia Geral. Nessa condição, requereu que, por intermédio do Ministro do Império, se pedisse ao Presidente da Província de São Paulo³¹ uma explicação

[...]sobre os motivos porque não se tem continuado, e concluído o monumento principiado no Ipiranga em 12 de Outubro de 1825, onde concorrendo o Presidente, a Municipalidade, as Autoridades e Cidadãos mais conspícuos, se lançaram as bases sobre as quais se devia erigir a pirâmide destinada a transmitir à posteridade o dia 7 de setembro de 1822 [...]³².

Nos debates orçamentários da Assembleia Geral Legislativa³³, o deputado paulista Joaquim Floriano de Toledo³⁴ apresentou uma emenda

30 Um Contribuinte (pseud.). *Farol Paulistano*, 26 mar. 1828, n.99, p.4.

31 Corria um interregno de meses no qual Francisco Antônio de Souza Queiroz assumiu o exercício do cargo como Vice-Presidente da Província. CF. EGAS, Eugênio. *op.cit.*

32 JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, n. 197, p. 2, 19 set. 1835.

33 *Jornal do Commercio* (RJ), 6 maio 1836, n.100, p.2; 8 jul. 1836, n.148, p.1; *Anais do Senado do Império do Brasil: sessões de maio a setembro de 1836*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de anais, 1978. p.17 [34]. Disponível em https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Imperio/1836/1836ok.pdf

34 EGAS, Eugênio. *op. cit.* p. 807-810.

que definia o valor de 4 contos³⁵ para o Monumento³⁶. Foi rejeitada³⁷, entre outros motivos, porque reclamava-se que não tivessem sido apresentados planta e orçamento para a devida apreciação. Quase dois anos depois, o Ministro do Império pedia a devolução da planta e o orçamento que haviam sido remetidos ao Senado em 1835³⁸.

Depois do “projeto da pirâmide”, há indicações de ter havido, naquele período, vários outros projetos tramitando entre o governo provincial e o governo central ou vice-versa.

Em 1838, A Assembleia Provincial registrou ter recebido de um cidadão³⁹, “o plano do prospecto, e planta d’um monumento dedicado a memorar o 1º dia Nacional, o faustíssimo dia 7 de Setembro de 1822”⁴⁰, que seria remetido ao governo para a devida apreciação.

Entre 12 de março de 1838 e 11 de julho de 1839, período em que Venâncio José Lisboa foi Presidente da Província de São Paulo, consta, quanto ao Monumento do Ipiranga, que ele “tendo organizado alguns planos e encontrado outros na secretaria”, enviou todos ao Governo Geral para apreciação⁴¹.

35 Sobre o que representavam 4 contos de réis (4.000\$000) à época, note-se que 4:224\$000 eram o orçamento anual do Museu Nacional. O orçamento da Academia de Belas Artes era de 8:146\$000 (cf. Lei n.70, de 22 de outubro de 1836).

36 *Jornal do Commercio* (RJ), 27 jun. 1836, n.137, p.2; *Annaes do Parlamento Brasileiro* (RJ), Sessão de 25 de junho de 1936, ed. 00001, p.221.

37 *Jornal do Commercio* (RJ), 4 jul. 1836, n.142, p.3.

38 *Jornal do Commercio* (RJ), 18 maio 1838, n.112, p.1.

39 José Porfírio de Lima (? , 1809-1810 – São Paulo, 10 de maio de 1887) à época era escriturário da Assembleia Provincial e também artista – pintor e desenhista – com conhecimentos e instrumental de topógrafo. Depois fez seus estudos na Escola de Arquitetos Medidores do Rio de Janeiro custeados pela Assembleia Legislativa. Formado, atuou como engenheiro da Província até se aposentar, em 1884. (*A Phenix, passim*; *Correio Paulistano, passim*; Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio (RJ), 1843, p.15-17; FAGGIN, Carlos Augusto Mattei. *Arquitetos de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2009. p. 117.

40 Disponível em <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/imperio/comissoes/segunda-legislatura-1838-1839-ano-1838/>

41 EGAS, Eugênio. *op. cit.* p. 85.

Por certo empenhado em garantir a verba pendente, o Presidente da Província afirmou em Relatório:

Enfim, vai-se começar, no campo do Ipiranga, o monumento da Independência. De todos os projetos, preferiu-se o do major Bloem⁴²: uma coluna de ferro que comemore esta grande época, e que revele a riqueza da mina deste precioso metal, de que S. Paulo com razão se ufana⁴³.

O registro⁴⁴ a esse respeito, na Assembleia Provincial, data de 19 de março de 1839, sendo posterior em mais de dois meses ao referido Relatório, e representa, assim, não a proposição, mas o aval dessa casa legislativa ao projeto que lhe foi encaminhado pelo Presidente da Província.

Na Assembleia Geral, um comentário irônico do deputado Venâncio Henriques Rezende, votando contra a inclusão da verba de 4 contos para o monumento no orçamento do Ministério para 1840, faz-nos saber, ainda, quanto à conformação do monumento projetado, que haveria sobre a coluna de ferro uma representação da Constituição do Império:

[O Sr. Rezende] vota pela supressão da consignação para o monumento do Ipiranga. Um pilar de ferro, ou pelourinho, plantado naquele lugar com a constituição em cima, enquanto o Brasil se reger pela atual constituição, e enquanto o estado do Brasil for este, lhe parece [ao Ministro] o monumento o mais glorioso que pode haver. / Está persuadido de que o Brasil é um gigante; mas os gigantes são suscetíveis de serem enfraquecidos pelas muitas sanguessugas⁴⁵.

O Monumento seria, assim, uma coluna de ferro para marcar o local da proclamação da Independência, em 1822, no sítio do Ipiranga, mantem-

42 Sobre João (Hans) Bloem, cf.: BALDIN, Adriane de Freitas Acosta. A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860. 2012. Tese (em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Cap. 3-4; LANDGRAF, Fernando José Gomes *et al.* Os canhões de Ipanema: tecnologia, indústria, logística e política em 1840. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 2-36, 2021.

43 *Jornal do Commercio* (RJ), 1 mar. 1839, n.50, p.2.

44 ALESP, Documento histórico IO39.028, 1839.

45 *Jornal do Commercio* (RJ), 17 ago. 1839, n.187, p.1.

do-se a ideia, já presente no primeiro projeto, de utilização e valorização de material produzido na província paulista. No caso, exclusivamente o ferro, num período em que o Império apostava no desenvolvimento da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. A Constituição do Império colocada sobre a coluna, simbolicamente, teria foros de certidão de nascimento da Nação, como que consolidando a Independência de 7 de setembro de 1822, com um documento legal: a Carta Magna outorgada pelo Imperador em 25 de março de 1824. As duas datas se identificavam com gestos de Dom Pedro I.

Ao final, todo o esforço político e operacional despendido naquele impulso, entre 1835 e 1839, de nada adiantaria: a verba de 4 contos para a construção do Monumento do Ipiranga foi suprimida da proposta de lei orçamentária para 1840 e não mais retornou⁴⁶.

Mais uma vez esmoreciam os impulsos para a construção de um monumento à Independência no Ipiranga.

4. 1853-1861 – terceiro impulso – uma visão romântica e uma lei determinante – “o projeto de um pantheon em forma de templo coríntio”

Em 1855, dois projetos de lei para um monumento no Ipiranga foram debatidos na sessão de 21 de março da Assembleia Provincial Legislativa. O primeiro deles⁴⁷, projeto n. 15, apresentado pelo deputado Manoel Eufrásio de Toledo, propunha uma estátua equestre de Dom Pedro I, em cujo pedestal figurariam todos os cidadãos que tivessem colaborado para a Independência do Brasil, cujos nomes seriam definidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No mesmo pedestal, uma série de inscrições registrariam os acontecimentos do dia 7 de setembro, assim como “os atos mais heroicos e gloriosos dos paulistas”, a serem elencados por uma comissão constituída para esse fim.

46 *Jornal do Commercio* (RJ), 21 ago. 1839, n.191, p.1. Houve concessões de 4 contos anuais nos orçamentos aprovados para 1838 e 1839.

47 Alesp, documento histórico IO55.151. Projecto.

Esse projeto foi rejeitado⁴⁸ para em seguida, a pedido do deputado Antônio Joaquim Ribas⁴⁹, passar-se à discussão de um segundo projeto, o de n. 17, assinado por doze deputados. Uma das questões centrais foi sobre não prever expressamente a figura de Dom Pedro no monumento, mas Ribas argumentou que estaria implícita⁵⁰. Depois de muitos questionamentos, argumentações e apartes, o projeto de lei foi aprovado sem emendas e transformado na Lei Provincial n. 515, de 18 de abril de 1855⁵¹, constituindo-se na base legal para a construção do monumento. Não houve outra.

A obrigação legal de erguer o monumento no Ipiranga seria do governo da Província. Este, porém, solicitaria ao governo central que definisse o plano da obra, dado o caráter nacional do monumento. Com essas determinações, foi redigido o artigo 1º da lei:

Art. 1º - Levantar-se-á na colina do Ipiranga, onde o Senhor D. Pedro I Proclamou a Independência do Brasil, um monumento de memória desse grandioso ato segundo o plano que fôr dado pelo Governo Imperial à solicitação do Presidente da Província.

O artigo 2º indicava, em nove parágrafos, a conformação urbanística prevista para a localidade, a urbanização prevista para o seu entorno, as formas de viabilização legal, administrativa e financeira do projeto e a forma de gestão do empreendimento.

A conformação urbanística do sítio em que se implantaria o monumento seria de “uma vasta praça” da qual partiria “uma rua em linha reta ao ponto mais próximo da capital”, isto é, uma via a ser aberta para ligar o Ipiranga à cidade (§ 1º).

A urbanização de seu entorno dar-se-ia por meio da concessão, a título gratuito, para pessoas que se obrigassem a ali construir edificações

48 Assembléia Provincial, sessão de 21 de março de 1855. *Correio Paulistano*, 16 mar. 1855, n.216, p.1-2.

49 VAMPRÉ, Spencer. *op. cit.* p. 450ss.

50 Assembléia Provincial, continuação da sessão de 12 de abril [de 1855]. *Correio Paulistano*, 20 abr. 1855, n.239, p.1.

51 SÃO PAULO. Lei n. 515, de 18 de abril de 1855. São Paulo: Assembléa Legislativa Provincial.

de acordo com o plano a ser estabelecido (§ 2º) e seria viabilizada por meio de desapropriações (§ 3º).

Para a obtenção de recursos financeiros, previam-se subscrições voluntárias para as quais concorreriam todos os cidadãos da Província que desejassem contribuir para o projeto. Dada a condição nacional do monumento, seriam também convidados a contribuir o município neutro e todas as povoações do Império, a partir de entendimentos do Presidente da Província paulista com o governo central e os outros governos provinciais. As verbas arrecadadas seriam recolhidas pela Fazenda da Província (§ 4º e § 5º).

A gestão do projeto ficaria a cargo de uma comissão de nove membros a ser nomeada, cujas competências diziam respeito a tudo o que tocava a realização da obra (§ 6º e § 7º).

O § 8º definia o dia 7 de setembro daquele ano para início das obras (o que já o dava, evidentemente, como letra morta) e o § 9º previa que eventuais sobras de arrecadação seriam destinadas à construção de um igreja na mesma praça do monumento.

O deputado Diogo de Mendonça Pinto⁵² era o redator do projeto⁵³. Fazia parte de um grupo de amigos, todos egressos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, de diferentes gerações, que atuavam em diversas frentes, animados pelo sentimento de se estar construindo um país, por seus ideais nacionalistas. De tendência progressista, a maioria era ativa no Partido Liberal de São Paulo. Atuaram juntos em iniciativas em prol do teatro nacional e da instrução pública, e costumavam frequentar habitualmente o escritório de Gabriel Rodrigues dos Santos, que funcionava na mesma casa em que residia, no Largo da Sé n. 2, e vivia sempre cheio de gente – não só daquele pequeno círculo⁵⁴.

52 MELLO, Luís Corrêa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. p. 478.

53 Assembléa Provincial, continuação da sessão de 16 de abril [de 1855]. *Correio Paulistano*, 21 abr. 1855, n.240, p.1-2.

54 SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. *Biographia do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. In: SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. *Discursos parlamentares do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito, 1863.

A compreensão dessa dinâmica de sociabilidade de grupo, típica do ambiente político do século XIX, em especial da Faculdade de Direito, emerge com mais clareza na memória⁵⁵ escrita por Paulo Antônio do Valle⁵⁶ a respeito das ideias que tinham para o Monumento do Ipiranga, estimuladas pela visão de Rodrigues dos Santos, impregnada pelo ideário liberal e o espírito romântico que dominavam o pensamento e a literatura de caráter político dos meados do século XIX.

A memória evocava uma reunião havida na manhã de 6 de setembro de 1853, da qual também participava o engenheiro Beaurepaire-Rohan, importante figura da Corte, que estava em São Paulo naquele período. Naquele dia, Rodrigues dos Santos propôs a todos que, no jornal *O Ypiranga*, do qual era o redator, dividissem as páginas de um número especialmente dedicado ao 7 de Setembro.

Conhecendo, por certo, as ideias anteriores sobre a conformação que deveria ter o Monumento do Ipiranga, perguntava: “Mas que monumento simbolizará nossa independência com as circunstâncias verdadeiramente providenciais que a acompanharam? Que obelisco ou pirâmide do Egito teria com ela semelhança?” Vê-se que em seu pensamento, o monumento deveria, então, ser parecido com – ter a aparência de – um acontecimento grandioso, ditado pela providência divina.

Com tal visão mística e romântica da Independência e buscando um parâmetro estrangeiro naquilo que se entendia como história universal e contemporânea, pensou no Leão de Waterloo, enorme escultura de um leão colocada sobre um monte artificialmente levantado no lugar em que o exército inglês, sob comando do Duque de Wellington, havia derrotado Napoleão, em 1815. Este tampouco seria suficiente, a seu ver, para a magnitude do acontecimento que era destinado a representar: “O leão de Waterloo – dizia ele – não projeta sequer sombra do anjo conquistador

55 VALE, P. A. do (do Correio Paulistano). O Dia 7 de Setembro: memorandum. *Correio Mercantil* (RJ), 15 set. 1858, n.250, p.1.

56 MELLO, Luis Corrêa de. *Op. cit.* p. 647.

precipitado desse lugar pela voz do Deus das batalhas sobre o rochedo de Santa Helena”.

O verdadeiro monumento do Ipiranga era a nação brasileira, foi a conclusão do grupo. Era assim necessário pensar em algo realmente grandioso, que ao menos se aproximasse dessa ideia, embora entendessem que fosse realmente “intransportável para os símbolos dos monumentos”. Rodrigues dos Santos delineava, então, a fundação de um povoado no Ipiranga, segundo Valle:

[...] Então, tomando papel e pena, Rodrigues dos Santos escreveu o seguinte:

1º Fundar-se-á uma confraria sob os auspícios da Santa Cruz, nome da terra do Brasil, a qual edificará nas margens do Ipiranga uma elegante capela com os cômodos necessários para o culto divino, e uma sala nobre, em que se colocarão os retratos de todos os brasileiros ilustres por letras, armas e virtudes.

2º Esta confraria não se limitará a S. Paulo, se estenderá a todas as províncias, e as suas rendas serão empregadas no culto divino a 3 de maio⁵⁷ e 7 de setembro, e na colônia nacional que se estabelecerá em torno da capela.

3º Impetrar-se-á da Santa Sé Apostólica todas as prerrogativas de graças e honras para esta associação pia, bem como dos poderes competentes todas as isenções e favores para os brasileiros que vierem fixar perpetuamente sua residência neste lugar.

4º No dia 7 de setembro haverá *Te-Deum solene* na capela do Ipiranga, e a 3 de maio festa solene: seguindo-se depois de cada uma dessas solenidades a exposição dos retratos dos brasileiros ilustres.

5º Uma comissão na capital se incumbirá desde já dos trabalhos preparatórios de ambas estas fundações’.

Não era só uma cruz tosca ou uma humilde capela – sintetiza Valle – era um Pantheon, que devia reunir em torno de si os filhos das artes úteis, colonos da liberdade, cidadãos brasileiros, por assim dizer, genuínos, nessa colônia pia e patriótica. E a confraria era mais um laço que reunia os brasileiros, santo como a religião e respeitável como o amor à pátria.

57 3 de maio de 1823 era a data de abertura, por Dom Pedro I, da primeira Assembléia Constituinte do Brasil e por isso comemorada, à época, como importante data nacional.

Conforme revelado por Valle, aquela ideia projetada em 1853 chegou a ser desenhada no papel – mais uma imagem perdida para nós, mas cuja existência foi registrada:

[...] Entretanto viu-se até o fatal dia 23 de maio do corrente ano⁵⁸, na sala do Dr. Rodrigues dos Santos, abaixo do retrato de Wellington, um elegante templo coríntio, devido à delicada pena do Major Beaurepaire. E a quantos viram esse desenho, e lhe souberam o significado, desde o camponês de ponche ou jaleco até o homem de casaca ou de farda⁵⁹, não houve um só que desaprovasse o pensamento do Dr. Rodrigues dos Santos sobre a questão do monumento do Ipiranga.

A partir daí, podemos ver que Monumento seria um edifício, com sala nobre e galeria de brasileiros ilustres, e não mais apenas um marco geométrico ou escultórico. Se teria a forma de um templo coríntio, podemos imaginá-lo com um frontão triangular sustentado por colunas da ordem coríntia.

Vê-se assim que as ideias acalentadas por aquele grupo de intelectuais em 1853 estão muito presentes no texto da lei de 1855.

Naquele número d'O *Ypiranga* mencionado acima, coube a Valle escrever "um fragmento do quadro histórico da Independência". No ano seguinte, sobre o mesmo tema, ele publicou o folheto intitulado *Historia da Independencia: as testemunhas do Ypiranga*⁶⁰. A ideia era fixar, o mais detalhadamente possível, em narrativa escrita, os acontecimentos havidos naquele dia 7 de setembro de 1822.

A cena narrada por Valle era fortemente plástica. Criava imagens vivas e coloridas do lugar, de seu personagem central, daqueles que o cercavam e de suas movimentações. O título "fragmento do quadro histórico da Independência" parecia referir-se a um quadro no sentido mesmo de

58 23 de maio de 1858 foi o dia do falecimento repentino de Gabriel Rodrigues dos Santos.

59 Viriam a ser representados em *Independência ou Morte*, pintura de Pedro Américo.

60 VALLE., Paulo Antonio do *Historia da Independencia: as testemunhas do Ypiranga*. São Paulo: Tipografia Liberal, 1854. 7p. Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP.

uma pintura⁶¹. E havia grande preocupação em elencar todos os nomes dos presentes no Ipiranga naquele dia.

Nos anos seguintes, houve subscrições para arrecadação de fundos nas quais reapareceram nomes como do Barão de Iguape, Joaquim Floriano e engenheiro José Porfírio⁶².

4. 1862-1872 – Um monumento no Rio de Janeiro, algumas movimentações significativas e nenhum resultado concreto no Ipiranga

Em março de 1862, inaugurava-se, no Rio, com grandes festejos, a estátua equestre de Dom Pedro I⁶³, instalado na Praça da Constituição (atual Tiradentes), por iniciativa de Dom Pedro II. As principais datas oficiais que marcavam a vida de Pedro I estavam ali inscritas, mas não o 7 de Setembro.

Depois disso, a ideia de uma comissão para tratar do monumento no Ipiranga instalada não em São Paulo, mas sim na Corte fazia todo o sentido. Por esses entendimentos, que não se encontram em registro escrito, mas que podemos supor, presume-se que houve uma concertação, pois sem que se explicasse o porquê, o comendador Jerônimo José de Mesquita (futuro Conde de Mesquita), importante figura da Corte, ligada a bancos e à Associação Comercial do Rio de Janeiro, depois de contribuir financeiramente para a realização da estátua equestre de Dom Pedro I, no Rio, depositou 5 contos de réis para a construção do Monumento do Ipiranga e dirigiu um ofício à Câmara Municipal de São Paulo informando

61 Pode ter subsidiado Pedro Américo na criação de *Independência ou Morte*.

62 *O Publicador Paulistano*, ed. 00010, 29 ago. 1857, p.3; *Correio Paulistano*, 30 ago. 1858, ed. 00738, p.3-4; *Correio Paulistano*, 12 jan. 1859, ed. 00839, p.3; Ofício do Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto... op. cit.

63 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. “Rio de Janeiro – Monumento a Dom Pedro I”. Escultura e pedestal em bronze sobre base de granito carioca. Projeto escultórico de João Maximiliano Mafra, executado, em Paris, por Louis Rochet, considerado como autor. Disponível em <https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-monumento-a-dom-pedro-i/#!/map=38329&loc=-22.906954000000017,-43.182824,17>

sobre aquela doação⁶⁴. Lido o ofício em sessão da Câmara, o vereador Antonio Proost Rodovalho, de muitos negócios e ligado à Associação Comercial de São Paulo, formou uma comissão para ir agradecer ao ilustre doador e propor a formação de uma comissão central, sediada no Rio de Janeiro.

Essa comissão central para o monumento foi formada⁶⁵ por figurões notórios e tendo como presidente o Visconde do Bom Retiro⁶⁶, o que queria dizer muita coisa, já que tinha alta expressão na ordem geral das coisas, era muito próximo de Dom Pedro II e tinha ligação com São Paulo como professor da Academia de Direito.

Estaria o Imperador disposto, afinal, à construção do Monumento? Tudo passaria como iniciativa privada, mas teria o apoio firme do governo central? A criação daquela comissão central indicava que sim. Entretanto, essa movimentação se deu em 1869 e somente em 1872 viu-se algum sinal de atividade, com a vinda do Visconde do Bom Retiro a São Paulo, acompanhado de Manoel Araújo de Porto Alegre⁶⁷ (futuro Barão de Santo Ângelo), um artista-arquiteto que já tinha recebido muitas incumbências públicas na Corte desde o reinado de Pedro I.

Chegando a São Paulo, o Visconde do Bom Retiro dirigiu um ofício ao presidente da Câmara, no qual vemos indícios de que tivesse em mente aquele mesmo monumento projetado em 1825-6, “o projeto da pirâmide”, mas em vez do granito, cogitava-se agora o mármore:

[...] Já encetamos os estudos mais urgentes, ocupando-se atualmente o sr. Porto Alegre do exame das amostras de mármore da província, colecionados pelo ilustrado sr. Rath⁶⁸, a fim de escolher-se o mais apropriado

64 Câmara Municipal, sessão ordinária [de 23 de abril de 1869]. *Correio Paulistano*, 23 maio 1869, n.3880, p.2.

65 Monumento do Ypiranga. Ofício do Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto, op. cit.

66 VAMPRÉ, Spencer. *Op. cit.* p. 323-326.

67 Sobre Araújo Porto Alegre e o contexto artístico-social do Primeiro e o Segundo Reinados, Cf. SQUEFF, Leticia. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. São Paulo: Unicamp, 2004.

68 Baldin, Adriane de Freitas Acosta. *Op. cit.*, Cap. II.2.1.

para o monumento projetado. Em um dos próximos dias seguiremos para a fábrica de ferro de S. João do Ipanema, onde devemos nos entender com o respectivo diretor e combinarmos sobre a facilidade e condições com que na mesma fábrica se possam preparar o gradil e quaisquer obras de ferro.⁶⁹

Ao mesmo tempo, um missivista comentava as alternativas para traçar-se aquela rua em linha reta – agora já chamada de avenida – que deveria ligar o Ipiranga ao centro urbano de São Paulo⁷⁰, mostrando, com isso, que continuavam vivas as diretrizes definidas pela Lei de 1855.

Nada mais houve, porém, nos três anos seguintes...

5. 1875-1885 – o impulso final – um apoio declarado do Imperador, um concurso sem vencedor, algumas confusões mais e, afinal, o início da construção do Monumento – “o projeto de Bezzi” (realizado e quase concluído)

Com a visita de Dom Pedro II a São Paulo, em agosto de 1875, a Câmara Municipal designou uma comissão para retomar o assunto “Monumento do Ipiranga”, que se reuniu às vésperas da chegada do Imperador⁷¹. Este, no primeiro dia, visitou várias instituições, “indo depois em companhia de Sua Majestade a Imperatriz ao campo do Ipiranga a bem de visitar o lugar em que está colocada a pedra comemorativa da proclamação da independência do Império”⁷². O termo “alicerces”, nas notas de seu diário, indicam que aquelas fundações construídas em 1825 ainda estavam lá: “3h Fomos ao alto do Ipiranga. Alicerces. Colhi raminhos”⁷³.

69 *Correio Paulistano*, 16 out. 1872, n.4849, p.1.

70 Um velho paulista. Monumento do Ypiranga. *Correio Paulistano*, 19 out. 1872, n.4852, p.3.

71 *Correio Paulistano*, 15 ago. 1875, n.5657, p.2.

72 *Correio Paulistano*, 19 ago. 1875, n.5660, p.1.

73 BEDIAGA, Begonha (org.). *Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. v. 16. p. 329.

Na ocasião, o Imperador solicitou que lhe fosse fornecido um memorial “de todos os fatos concernentes ao projeto do Monumento do Ipiranga”, no que foi atendido⁷⁴.

Naquela visita, houve declarações do Imperador, relatadas pelo presidente e o secretário da comissão local, indicando as diretrizes que parecem ter sido sempre as mesmas, desde 1823: o governo central queria a realização do monumento, mas a iniciativa tinha que ser da província, com o concurso financeiro de todos os municípios do Império, pois se tratava de monumento nacional⁷⁵. A partir dessa formulação declarada, a Comissão não parou mais até atingir seu objetivo final.

Várias providências foram tomadas, entre elas a abertura, em 1876, de um concurso público de projetos para o Monumento⁷⁶. Tendo como secretário Diogo de Mendonça, redator da Lei de 1855, a comissão reafirmou, no regulamento, os termos daquela lei ao referir-se à vasta praça na qual o monumento deveria ser implantado e à via de comunicação com a cidade que seria aberta, assim como à reserva de um espaço para construção futura de um templo. A sequência de artigos e parágrafos do Regulamento correspondia à descrição geral de um desenho urbanístico já definido.

Quanto ao monumento em si, o regulamento mantinha-se fiel às discussões anteriores sobre a necessidade de nele representarem-se por estátuas os que houvessem contribuído para a Independência. Abria a possibilidade de inclusão de figuras alegóricas, desde que estas não se confundissem com as personagens históricas.

Já se acautelava para o caso de insucesso do concurso: se nenhuma proposta recebida merecesse aprovação, um plano seria contratado com um profissional habilitado. Precavendo-se também para a possível falta de verbas, determinava que o projeto deveria ser concebido por seções que pudessem ser executadas uma por vez.

74 Monumento do Ypiranga. Offício do Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto..., op. cit.

75 *Correio Paulistano*, 28 set. 1875, n.5692, p.3.

76 [Regulamento do Concurso]. *Correio Paulistano*, 13 fev. 1876, n.5803, p.2.

O concurso atraiu apenas quatro concorrentes⁷⁷, não muito expressivos à época, pelo que pudemos apurar.

Os projetos deveriam ser avaliados pelo Instituto Politécnico, no Rio, e pela comissão do monumento. Diogo de Mendonça, como secretário e professor de História e, até pouco antes, chefe da Instrução Pública paulista, quis comentar o projeto de José Mendes Barbosa⁷⁸ como contribuição para sua apreciação⁷⁹. A leitura de suas críticas permite-nos, de um lado, ter uma boa ideia do que seria a conformação do monumento proposto e, de outro, quais eram as visões de História e representação histórica que deveriam informar a sua concepção, segundo Mendonça.

O projeto tinha sido apresentado num modelo em gesso⁸⁰, acompanhado de explicação escrita. Estava organizado em três seções: na primeira seção, uma base octogonal com representações das províncias, cujos nomes vinham inscritos, base encimada por penhascos com referências à Inconfidência Mineira como precursora da Independência; na segunda seção, figuras de indígenas (chamados bugres) para representar o Brasil; e, na terceira e última seção, figuras de brasileiros ilustres, entre eles D. Pedro e José Bonifácio.

Já numa apreciação geral, Diogo de Mendonça apontava um caráter fantasioso no Monumento projetado, enquanto, a seu ver, deveria ater-se à “verdade histórica”, estabelecida por “fatos históricos”, a serem representados com sobriedade. O caráter fantasioso, segundo Mendonça, dava-se pelo excesso de alegorias e a confusão com os personagens históricos, por terem todos a forma humana. Essas alegorias eram utilizadas para representar as províncias de Pernambuco, Minas, Bahia e São Paulo, o riacho do Ipiranga, além de valores de liberdade, fé, esperança, justiça, verdade, força e muitos outros que, segundo Mendonça, eram

77 *Correio Paulistano*, 29 nov. 1879, n.6906, p.1-2.

78 Artista de São João do Príncipe/ES: *Diário do Rio de Janeiro*, 28 maio 1870, n.145, p.3; 28 maio 1870, n.145, p.3.

79 [Apreciação de Diogo de Mendonça Pinto sobre projeto para monumento de autoria de José Mendes Barbosa (autor identificado em *Correio Paulistano*, 29 nov. 1879, ed. 06906, p.1-2)]. *Correio Paulistano*, 14 dez. 1876, n.6041, p.3:.

80 *Correio Paulistano*, 7 out. 1876, n.5987, p.2.

apenas “puras idéias” e não fatos históricos. Considerava que a forma de representação alegórica, que conferia corpo a ideias abstratas, era usual na antiguidade clássica em razão do politeísmo. O apelo a esse classicismo, porém, seria anacrônico e antiquado. O Monumento a ser construído deveria ser moderno, representativo do século XIX, e isso significava, de acordo com Mendonça, ser civilizado e cristão.

Quanto à representação das províncias, o monumento deveria representar todas as que existiam em 1822, incluindo a Cisplatina, com inscrições em escudos, e não se reportar à História do Brasil ao longo do tempo e nem denotar parcialidade, ao destacar apenas algumas de suas províncias.

Não aceitava a Inconfidência Mineira, no século XVIII, como primeiro marco dos movimentos pró Independência pois entendia que este deveria ser assinalado no século XVII, em São Paulo, com Amador Bueno. Solicitava melhor estabelecer as datas que haviam marcado o caminho para a Independência do Brasil.

Quanto à forma de representar Tiradentes e outros inconfidentes citados, Mendonça questionava por que retratá-los em seu suplício, com a corda no pescoço, o desespero no rosto ou cabisbaixos e derrotados, com coroas de louros desfolhadas a seus pés. Deveriam ser representados de forma esplendorosa, por seu amor à Pátria, que os alçara à glória e à imortalidade.

Mendonça rejeitava também a representação do Brasil pela figura do indígena, ainda mais que no projeto proposto, havia profusão dos chamados bugres, indo até o ponto culminante do monumento, no lugar que considerava caber a Dom Pedro. Nesse sentido, reconhecia que a América era originariamente dos indígenas, mas entendia que pouco restava de indígena no tempo da Independência.

Quanto às personagens históricas, criticava, no projeto, a presença de figuras que não tinham ligação direta com a Independência, ao mesmo tempo que registrava a ausência de próceres, como os heróis do 2 de Julho na Bahia e José Clemente Pereira, decisivo em importantes acontecimentos políticos no Rio de Janeiro.

O projeto colocava as figuras de Dom Pedro e José Bonifácio apenas em lugar um pouco mais elevado, quando, para Mendonça, o primeiro

deveria ocupar o ponto culminante do monumento e o segundo deveria ficar logo após o primeiro, vindo os demais em nível mais abaixo.

Também a forma de representar Dom Pedro era considerada “anacrônica” e “anti-histórica” por Mendonça, já que no projeto escultórico ele estaria usando o manto imperial que, na verdade, só poderia existir depois de sua coroação, quase três meses após o 7 de setembro. No projeto proposto, Dom Pedro empunhava a espada, que também seria indevida, segundo Mendonça: “No Ipiranga descobriu-se e bradou com o chapéu armado ‘Independência ou Morte’. No Monumento em atitude de mata mouro vibra a espada sem que se adivinhe sobre quem!”

Depois de termos, assim, uma boa compreensão do projeto apresentado e das críticas de Mendonça, podemos depreender o quanto uma ideia do que o Monumento à Independência no Ipiranga deveria ser já estava em sua mente. Podemos vê-lo como um porta-voz de seu grupo e de seu tempo, com uma visão que seria de senso comum nas camadas letradas dos centros urbanos.

Ao final, nenhum projeto foi aprovado.

Interessante observar que no ano seguinte, pouco depois de Mendonça fazer publicar a cronologia escrita dois anos antes para ser entregue ao Imperador⁸¹, também a ata de 1825, da Câmara Municipal, era impressa em jornal⁸², mais uma vez reafirmando a ligação com a ideia original.

No início dos anos 1880, porém, as mentalidades já haviam mudado bastante e, por isso, questionava-se a aplicação de tanto dinheiro em um monumento e não em um estabelecimento que tivesse maior utilidade. Já se falava em construir, como monumento, um edifício para escola primária, asilo de órfãos, estabelecimento de ensino superior, instituto científico ou agrícola. Prevaleceu a escolha por uma escola primária.

No dia 5 dezembro de 1882, numa nota assinada sob o pseudônimo de “Opinião pública”, comentou-se: “Consta que se acha entre nós um arquiteto italiano com a planta para o instituto do Ipiranga, sem que tives-

81 Monumento do Ypiranga. Offício do Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto... , *op. cit.*

82 *Correio Paulistano*, 7 mar. 1877, n.6103, p.2.

se sido preferido em concurso[...]”⁸³ Cinco dias depois desse comentário, um novo lançamento de pedra fundamental⁸⁴, no qual discursou Brasília Machado⁸⁵, expressando que ao final do século XIX apenas uma escultura ou uma coluna não mais serviriam, pois tratava-se agora de erguer uma escola como monumento, colocando a pena e o livro no lugar da espada ou do cetro⁸⁶.

Entretanto, ainda houve uma grande confusão: por razões inexplicadas, em 1884 abriu-se um novo concurso de projetos, desta vez para duas obras: o Monumento no Ipiranga e uma escola na Luz⁸⁷. Bezzi protestou⁸⁸.

Os projetos inscritos foram expostos publicamente, nove para o edifício na Luz e quatro para o monumento no Ipiranga⁸⁹. Estes foram descritos na imprensa⁹⁰, mas não nos deteremos sobre eles, porque os vemos um tanto à parte e por não terem causado consequências para o projeto de Bezzi, que foi mantido por decisão assinada pelo Presidente da Província e a Comissão do Monumento⁹¹.

Em 1885, na manhã do dia 25 de março, data comemorativa da outorga da primeira Constituição do Brasil, ocorreu a solenidade de inauguração dos trabalhos para a construção do monumento.

83 *Correio Paulistano*, 5 dez. 1882, n.7853, p.3.

84 Programma organizado para solemnizar o acto da inauguração... *Correio Paulistano*, 10 dez. 1882, n.7857, p.1.

85 VAMPRÉ, Spencer. *Op. cit.* p. 610ss.

86 MACHADO, Brasília. Monumento do Ypiranga: discurso oficial proferido em 10 de dezembro de 1882, ao lançar-se a primeira pedra do monumento a erguer-se nos campos do Ypiranga. In: MACHADO, Brasília. *Obras avulsas: discursos*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1906. p. 23-28.

87 *Correio Paulistano*, 23 jul. 1884, n.08378, p.2; 1 ago. 1884, n.8386. p.4.

88 *Correio Paulistano*, 23 jul. 1884, n.8378, p.3.

89 *Correio Paulistano*, 24 set. 1884, n.8430, p.2.

90 *Correio Paulistano*, 25 set. 1884, n.8431, p.2. Um dos projetos, sob pseudônimo *Esperança*, era de autoria de Jules Martin. O desenho original foi localizado pela historiadora Tatiane Gomes da Silva na Biblioteca Nacional, disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon258092/icon258092.jpg

91 *Correio Paulistano*, 27 set. 1884, n.8433, p.2.

O primeiro relatório do presidente da Comissão do Monumento, o Conselheiro Ramalho⁹², abria-se com uma narrativa sobre o episódio de 7 de setembro de 1822, seguida de uma cronologia circunstanciada do projeto de um monumento à Independência no Ipiranga desde 1824⁹³.

As obras de construção continuariam até 1889, interrompidas pela mudança de regime político. Em 1890, as obras foram dadas por encerradas, sem que o edifício estivesse totalmente concluído. Externamente, porém, impunha-se majestoso na paisagem.

Tratava-se de uma arquitetura muito própria do período em que foi realizada, isto é, eclética, mas com predominância do neoclássico, que buscava referência na arquitetura da Antiguidade. Assim, o frontão triangular sustentado por colunas coríntias podia remeter a um templo coríntio, tal como sonhado decênios antes.

Todo estruturado na ideia de simetria, trazia, no primeiro pavimento, à esquerda e à direita do frontão, galerias abertas – as *loggie* – com arcos e colunatas duplas, também coríntias. No pavimento térreo, uma entrada monumental, com três grandes portas, que, abertas, permitiam adentrar o amplo Saguão, com suas 14 colunas jônicas. Grandes impressões devia causar.

No conjunto formado por saguão, escadaria e, no primeiro pavimento, o Salão Nobre (ou Salão de Honra), uma sucessão de nichos, emolduramentos e pedestais, integrados à arquitetura (Figura 2), aguardavam as pinturas e esculturas que iriam povoar o edifício com os personagens históricos a homenagear. Um grande quadro, *Independência ou Morte*, de autoria de Pedro Américo, já estava pronto desde 1888 e seria colocado em breve na parede a que se destinava, no Salão Nobre, onde até hoje se encontra. Uma estátua de Dom Pedro também já havia sido encomendada ao escultor Henrique Bernardelli⁹⁴ para colocação no pedestal prepa-

92 VAMPRE, Spencer. *Op. cit.* p. 291-302.

93 RELATORIO do Presidente da Comissão do Monumento do Ypiranga Conselheiro Joaquim Ignacio Ramalho lido na sessão de 7 de Setembro de 1885. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio e Cia., 1885. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito-USP.

94 MAKINO, Miyoko. A ornamentação alegórica. In: WITTER, José Sebastião (dir). *Museu Paulista: um monumento no Ipiranga*. São Paulo: Fiesp, 1997. p. 267-299; *Correio Paulistano*, 21 out. 1886,

rado ao centro da Escadaria (Figura 3). Perguntamo-nos se haveria, desde então, no projeto de Bezzi, um elenco definido dos outros personagens históricos que preencheriam os espaços do panteão, mas não encontramos elementos sobre isso.

Figuras 2 e 3. Aspectos do Interior do Monumento do Ipiranga



Fotografias de Guilherme Gaensly, c.1890. Acervo do Museu Paulista-USP. Reprodução de Hélio Nobre e José Rosael.

Lembrando que, em 1875, o Imperador havia pedido um histórico de tudo o que se passara com o projeto do Monumento e isto havia sido providenciado, pode-se supor que outras informações tenham sido reunidas e entregues a Bezzi, em 1882, como subsídio para a elaboração de seu projeto. Entendemos que, por isso, o edifício monumental construído correspondia tanto àquilo que se projetara anteriormente. Uma ideia vinha tomando forma num imaginário coletivo, ao longo de décadas, até que pôde se realizar, no apagar das luzes do Império brasileiro.

6. 1894-1917 – um museu instalado no Monumento

Inaugurado no dia 7 de setembro de 1895, o Museu Paulista foi constituído como um museu de História Natural instalado no Monumento do Ipiranga. Nesse período, a prioridade eram as coleções de História Natural, mas muitas aquisições de pinturas e objetos históricos também foram feitas⁹⁵. Não se destinavam, porém, ao panteão previsto naquela área central do edifício, pois os personagens que deveriam compô-lo seriam definidos por uma comissão a ser nomeada pelo governo⁹⁶, o que tirava a tarefa da alçada do diretor Hermann von Ihering.

De qualquer forma, via-se mantida a ideia, havia tanto tempo estabelecida, de que o Monumento deveria trazer uma homenagem a grandes personagens históricos brasileiros.

95 MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de História em um museu de Ciências Naturais. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 16. n. 1. p. 203-233, 2008.

96 Decreto n.249, de 26 de julho de 1894.

7. Em torno de 1922 (Epílogo) - Centenário da Independência: avenida Dom Pedro I e monumento escultórico de Ettore Ximenez

Somente com a aproximação do Centenário da Independência é que foi afinal empreendido, sob direção de Affonso Taunay, o preenchimento de todas aquelas áreas destinadas ao panteão, avançando além de 1922 nessa tarefa⁹⁷.

Também a avenida Dom Pedro I – aquela via de ligação entre o Ipiranga e a Cidade, prevista na Lei n. 515, de 1855 – foi aberta em 1919. A urbanização em seu entorno também foi levada adiante.

O Monumento do Ipiranga era o grande edifício implantado em uma área topograficamente mais elevada no sítio do Ipiranga (o que se acentuou com um rebaixamento artificialmente realizado da área à sua frente). Um grande monumento escultórico, porém – como tantos que haviam sido imaginados anteriormente –, acabou por ser também erigido e inaugurado em torno de 1922, com a denominação de Monumento à Independência, com projeto do escultor Ettore Ximenez, vencedor de um concurso municipal. Foi implantado mais abaixo, próximo ao riacho do Ipiranga.

Assim foi concluída uma saga. A ideia havia tomado forma, não só de um monumento unitário, mas de um conjunto urbanístico, paisagístico e cultural, constituindo-se, assim, em patrimônio histórico complexo, depois de longamente almejado, imaginado e sedimentado e, talvez por isso, tão reconhecido como tal.

8. Bibliografia

BEDIAGA, Begonha (org.). *Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. v. 16. Disponível em <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/VOL16.pdf>. Acesso em dezembro de 2022.

CINTRA, Jorge Pimentel; CINTRA, Alexandre Pimentel. O sítio da Independência

97 MAKINO, Miyoko. *Op. cit.*

- no Ipiranga: as vicissitudes de um local histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 1-48, 2021.
- GASPAR, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- LAGO, Pedro Corrêa. *Iconografia paulistana do século XIX*. São Paulo: Metalivros, 1998.
- MACHADO, Brasílio. Monumento do Ypiranga: discurso oficial proferido em 10 de dezembro de 1882, ao lançar-se a primeira pedra do monumento a erguer-se nos campos do Ypiranga. In: MACHADO, Brasílio. *Obras avulsas: discursos*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1906. p. 23-28
- MAGALHÃES, Roberto Anderson. Chafariz da Pirâmide – Rio Arte Cidade. Realização Letra e Imagem. Rio de Janeiro: Rio Arte Cidade, 17 dez 2012. 1 vídeo (5 min 43 seg). Disponível em: <https://shre.ink/HqXJ> Acesso em dezembro de 2022.
- JORNAL do Comercio, Rio de Janeiro, n. 197, p. 2, 19 set. 1835.
- MAKINO, Miyoko. A ornamentação alegórica. In: WITTER, José Sebastião (dir.). *Museu Paulista: um monumento no Ipiranga*. São Paulo: Fiesp, 1997. p. 267-299.
- MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de História em um museu de Ciências Naturais. *Anais do Museu Paulista*. v. 16, n. 1, p. 203-233, 2008.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Delimitação do lugar do “grito”: propostas e contradições. In: WITTER, José Sebastião (dir.) *Museu Paulista, um monumento no Ipiranga*. São Paulo: Fiesp, 1997. p. 213-225.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira (org.). *Dossiê Arte, política e cultura. Almanack*, São Paulo, n. 29, 2021.
- SQUEFF, Leticia. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. São Paulo: Unicamp, 2004.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *Anhangabahú*. São Paulo: Fiesp, 1989.
- VIANA, Hélder do Nascimento. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér., v. 27, 2019, p.1-44.

9. Bibliografia para informações biográficas

- VALLE, Paulo Antonio do. Biographia do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos. In: *Discursos parlamentares do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. Rio de

- Janeiro: Typographia Paula Brito, 1863.
- AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. (Col. Paulística, n. 19).
- BALDIN, Adriane de Freitas Acosta. *A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860*. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. Período monarchico, 1822-1889. São Paulo: Secção de Obras d'“O Estado de S. Paulo”, 1926.
- FAGGIN, Carlos Augusto Mattei. *Arquitetos de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2009.
- LANDGRAF, Fernando José Gomes *et al.* Os canhões de Ipanema: tecnologia, indústria, logística e política em 1840. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 2-36, 2021.
- MELLO, Luís Corrêa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Antonio da Silva Prado (Barão de Iguape). In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles.; PIMENTA, João Paulo (org.) *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: BBM/Edusp, 2022. p. 765-766.
- SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. Biographia do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos. In: SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos. *Discursos parlamentares do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito, 1863. p. xx-xx.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de Direito de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1924. v. 2.

10. Fontes

- Programma organizado para solemnizar o acto da inauguração... *Correio Paulistano*, 10 dez. 1882,n.7857, p.1.
- ALESP, Documento histórico IO39.028, 1839. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_326/IO39_028.pdf
- ALESP, documento histórico IO55.151. Projecto. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_338/IO55_015.pdf
- Anais do Senado do Império do Brasil*: sessões de maio a setembro de 1836.

- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de anais, 1978. p.17 [34]. Disponível em https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Imperio/1836/1836ok.pdf
- Artista de São João do Príncipe/ES: Diário do Rio de Janeiro, 28 maio 1870, n.145, p.3; 28 maio 1870, n.145, p.3.
- Assembléa Provincial, continuação da sessão de 12 de abril [de 1855]. *Correio Paulistano*, 20 abr. 1855, n.239, p.1.
- Assembléa Provincial, continuação da sessão de 16 de abril [de 1855]. *Correio Paulistano*, 21 abr. 1855, n.240, p.1-2.
- Assembléa Provincial, sessão de 21 de março de 1855. *Correio Paulistano*, 16 mar. 1855, n.216, p.1-2.
- Ata da Câmara Municipal de S. Paulo, 2 de setembro de 1825. In: Atas da Câmara, vol. www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmstp/anadig/Volumes/at1822-1826v23.pdf
- Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, *passim*. Disponível em 23 (1822-1826), p.378-379. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>
- Annaes do Parlamento Brasileiro* (RJ), Sessão de 25 de junho de 1936, ed. 00001, p.221.
- Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ), 1843, p.15-17
- Câmara Municipal, sessão ordinária [de 23 de abril de 1869]. *Correio Paulistano*, 23 maio 1869, n.3880, p.2.
- Correio Paulistano*, 12 jan. 1859, ed. 00839, p.3;
- Correio Paulistano*, 13 fev. 1876, n.5803, p.2.
- Correio Paulistano*, 14 dez. 1876, n.6041, p.3
- Correio Paulistano*, 15 ago. 1875, n.5657, p.2.
- Correio Paulistano*, 16 out. 1872, n.4849, p.1
- Correio Paulistano*, 19 ago. 1875, n.5660, p.1.
- Correio Paulistano*, 19 out. 1872, n.4852, p.3.
- Correio Paulistano*, 21 out. 1886, n.9046, p.1-2.
- Correio Paulistano*, 23 jul. 1884, n.08378.
- Correio Paulistano*, 1 ago. 1884, n.8386. p.4.

Correio Paulistano, 24 set. 1884, n.8430, p.2.

Correio Paulistano, 25 set. 1884, n.8431, p.2.

Correio Paulistano, 27 set. 1884, n.8433, p.2.

Correio Paulistano, 28 set. 1875, n.5692, p.3.

Correio Paulistano, 29 nov. 1879, n.6906, p.1-2.

Correio Paulistano, 30 ago. 1858, ed. 00738, p.3-4;

Correio Paulistano, 7 mar. 1877, n.6103, p.2.

Correio Paulistano, 7 out. 1876, n.5987, p.2.

Decisão n.85, de 9 de abril de 1825. In: *Collecção de Leis do Imperio, Decisões do Governo do Imperio do Brazil*, 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p.55.

Decreto n.249, de 26 de julho de 1894. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-249-26.07.1894.html>

Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, n.29, p.332-333.

Diario do Governo (CE), 17 fev. 1823, n. 1, p. 154.

Diario do Governo (CE), 3 mar. 1823, n. 1, p. 201.

Diario do Governo (CE), 2 set. 1823, n. 1, p. 259.

Diario do Governo (CE), 14 nov. 1823, n. 2, p. 535.

Diario do Rio de Janeiro, 7 set. 1825, n.57 [6], p.230-231 (Supplemento).

Jornal do Commercio (RJ), 1 mar. 1839, n.50, p.2.

Jornal do Commercio (RJ), 17 ago. 1839, n.187, p.1.

Jornal do Commercio (RJ), 18 maio 1838, n.112, p.1.

Jornal do Commercio (RJ), 21 ago. 1839, n.191, p.1.

Jornal do Commercio (RJ), 27 jun. 1836, n.137, p.2.

Jornal do Commercio (RJ), 4 jul. 1836, n.142, p.3.

Jornal do Commercio (RJ), 6 maio 1836, n.100, p.2; 8 jul. 1836, n.148, p.1.

Lei n. 70, de 22 de outubro de 1836.

Monumento do Ypiranga. Officio do Sr. Dr. Diogo de Mendonça Pinto, contendo notas á respeito [dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Ernesto Marianno da Silva Ramos e datado de 26 de agosto de 1875]. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 6094, p. 2-3, 24 fev. 1877.

O Publicador Paulistano, ed. 00010, 29 ago. 1857, p.3;

Registo de uma portaria do Excelentissimo Senhor Presidente dirigida á Camara desta cidade ... In: Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1824-1826). São Paulo: Câmara Municipal, 1922. p.273-274. Disponível em www.google.com.br/search?tbm=bks&hl=pt-BR&q=%22monumento+no+Piranga%22

Registo do officio que dirigiu a Camara ao Excelentissimo Presidente acompanhado da acta da sessão extraordinária de 12 do corrente sobre o Piranga. In: Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1824-1826). São Paulo: Câmara Municipal, 1922. p.320ss. Disponível em www.google.com.br/search?tbm=bks&hl=pt-BR&q=%22monumento+no+Piranga%22

RELATORIO do Presidente da Comissão do Monumento do Ypiranga Conselheiro Joaquim Ignacio Ramalho lido na sessão de 7 de Setembro de 1885. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio e Cia., 1885. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito-USP.

SÃO PAULO (Provincia). *Lei n. 515, de 18 de abril de 1855*. São Paulo: Assembléa Legislativa Provincial. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1855/lei%20n.26,%20de%2018.04.1855.pdf>. Acesso em: xx xxx xx.

SÃO PAULO (Provincia). *Lei n. 192, de 26 de agosto de 1893*. Resolve sobre a utilização do Monumento do Ypiranga. São Paulo: ALESP, 1893.

SENADO FEDERAL. Sessão de 3 de maio de 1823. In: SENADO FEDERAL. *Diario da Assembléa Geral, Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil*. n. 3. p. 18.

O Universal [MG], 21 set. 1825, n.29, p.114

Um Contribuinte (pseud.). *Farol Paulistano*, São Paulo, n. 99, p. 4, 26 mar. 1828.

VALE, Paulo Antonio do (do Correio Paulistano). O Dia 7 de Setembro: memorandum. *Correio Mercantil* (RJ), 15 set. 1858, n.250, p.1.

VALLE., Paulo Antonio do. *Historia da Independencia: as testemunhas do Ypiranga*. São Paulo: Tipografia Liberal, 1854. 7p. Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP.